



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II A UM GRUPO DE JOVENS AGRICULTORES ITALIANOS

7 de Janeiro de 1984

Caríssimos jovens,

1. Sinto-me particularmente feliz ao estar convosco, não só porque os encontros com os jovens, que a minha actividade pastoral me permite realizar em varias ocasiões, constituem para mim uma fonte contínua de grande alegria, mas também porque é esta a primeira vez que me encontro com as representações juvenis do mundo rural italiano.

Em Fevereiro de 1952, o meu venerado predecessor Pio XII, ao receber os participantes no sexto Congresso nacional da Confederação dos Cultivadores directos, encorajou a vossa organização a abrir-se aos jovens, e a prepará-los para o cumprimento dos seus deveres, a educá-los para os grandes horizontes espirituais e sociais, numa palavra, a formar uma juventude rural.

Aquele encontro com o Papa deve considerar-se a origem, como força inspiradora e como estímulo encorajador, da fundação dos Grupos de Jovens Cultivadores, realizada alguns meses depois. E assim, vós encontrais-vos agora aqui pela primeira vez, depois de um itinerário de amadurecimento, a celebrar juntamente com o Papa o trigésimo aniversário do vosso Movimento.

Saúdo a todos e a cada um com grande afecto, bem como aos vossos dirigentes que vos acompanham. Sei que comemorastes este aniversário empenhando-vos, com uma série de grupos de estudo, na abordagem de temas de grande importância, tais como o trabalho, a família, a sociedade, o tempo livre, o ambiente, a liberdade, a cultura, a política, no contexto das suas implicações, num quadro de propostas de valores cristãos dirigidas a todo o mundo juvenil rural.

Alegro-me verdadeiramente com isto.

2. A Igreja, consciente da importância da vossa escolha para a reactivação de uma sã economia, e para o desenvolvimento do homem, interessou-se desde sempre pela vida dos cultivadores da terra, cujos problemas não poderão ser resolvidos de forma adequada sem o contributo das forças jovens, da sua capacidade de sacrifício e de entusiasmo.

Empenhada na solução da chamada questão social, desde o momento em que ela se apresentou historicamente, a Igreja apercebeu-se imediatamente de que no desenvolvimento da sociedade industrializada o interesse prevalecente favorecia os outros sectores de actividade, e preocupou-se desde então nos seus documentos em chamar a devida atenção para a actividade agrícola.

Leão XIII iniciou este trabalho com a *Rerum Novarum*, Pio XI retomou-o denunciando a influência negativa do capitalismo industrial sobre a agricultura. João XXIII viu o problema agrícola numa dimensão mundial, pondo em evidência a necessidade de novas equilíbrios bem como o princípio da solidariedade internacional. Paulo VI denunciou os desequilíbrios e os perigos a que está exposta a agricultura, especialmente no jogo das relações entre as sociedades altamente industrializadas e as que se encontram em vias de desenvolvimento. Por meu lado, sublinhei, na minha encíclica sobre o trabalho humano, a importância "fundamental" que o trabalho agrícola reveste em virtude da relação entre a agricultura e o homem (*Laborem Exercens*, 21).

A Igreja, conhece, pois, os problemas da terra, e, na elaboração da sua doutrina social, pô-los cada vez mais em relevo, indicando algumas vias de solução.

3. A Igreja sabe que a população rural se encontra com frequência numa situação de desvantagem, com um nível de vida muitas vezes inferior ao da população ocupada nos demais sectores do trabalho.

O Concílio Vaticano II mostra-se preocupado com os desequilíbrios económicos e sociais que se verificam entre a agricultura, a indústria e os serviços; e, em nome dos direitos do homem, que é também filho de Deus, levanta a voz perante mundo de maneira forte e clara.

"Em bastantes regiões economicamente pouco desenvolvidas, existem grandes e até vastíssimas propriedades rurais, fracamente cultivadas ou até deixadas totalmente incultas com intentos lucrativos, enquanto a maior parte do povo não tem terras ou apenas possui pequenos campos e por outro lado, o aumento da produção agrícola apresenta um evidente carácter de urgência. Não raro, os que são contratados a trabalhar para os grandes proprietários, em regime de arrendamento, uma parte das propriedades, apenas recebem um salário ou rendimento indigno de um homem, carecem de habitação decente e são explorados pelos intermediários. Desprovidos de qualquer segurança, vivem num tal regime de dependência pessoal que perdem quase por completo a capacidade de iniciativa e responsabilidade e lhes está vedada toda e qualquer promoção cultural ou participação na vida social e política (*Gaudium et spes*, 71).

É verdade que as situações são diferentes de país para país, ou no interior de um mesmo país. Existem porém algumas constantes. Nos documentos da Igreja é posta em relevo a situação em que se encontra, em alguns casos, o trabalhador dos campos, ou por um complexo de inferioridade, ou pelo sentimento de marginalização social, ou pelo drama de quem se viu obrigado a abandonar própria terra de origem para emigrar para longe. E assim, enquanto se sublinha por um lado o triste fenómeno da emigração — que diz respeito sobretudo à classe camponesa — põe-se em relevo, no outro lado, o panorama de latifúndios por cultivar, de poderes demasiado limitados, até ao intolerável escândalo da fome no mundo.

4. Que fazer perante uma tal situação?

A Igreja, à medida que os problemas surgiam, teve sempre a preocupação de indicar oportunamente as hipóteses de solução a favor da agricultura, desde a necessidade de criar infraestruturas adequadas, com os serviços públicos essenciais, com o melhoramento das técnicas produtivas, até a aplicação de políticas económicas concretas e à elaboração de reformas nacionais corajosas, e de programas de colaboração a nível mundial.

A Igreja defende claramente o legítimo direito à propriedade privada, mas chama também com igual vigor a atenção para a sua função social, de modo a que os bens sejam usados por todos segundo o desejo de Deus.

Na minha última encíclica escrevi: "Em muitas situações, portanto, são necessárias mudanças radicais e urgentes, para restituir à agricultura — e aos homens dos campos — o seu justo valor *como base de uma sã economia*, no conjunto do desenvolvimento da comunidade social. É por isso que se impõe proclamar e promover a dignidade do trabalho, de todo o trabalho, especialmente do trabalho agrícola, no qual o homem de maneira tão expressiva 'submete a terra', recebida de Deus como dom, e afirma o seu 'domínio' no mundo visível" (*Laborem Exercens*, 21).

5. Caríssimos jovens agricultores, vós conheceis sem dúvida a história das dificuldades e das crises da agricultura italiana a partir do pós-guerra; mas tendes também a sorte de ter sido integrados num circuito novo de formação profissional e humana, de inovações técnicas; estais pois em condições de vos projectardes em direcção ao futuro com esperança e com uma mentalidade empresarial.

Ao manifestar-vos o meu apreço, exorto-vos a ter sempre uma visão cristã dos problemas, e faço votos por que saibais inspirar-vos sempre no tesouro da espiritualidade do trabalho agrícola, que permitirá não só a vossa plena realização pessoal, como facilitará também a solução dos problemas concretos ainda por resolver, tanto no vosso interesse pessoal e da vossa família, como no de tantos outros trabalhadores do campo menos privilegiados.

A actividade agrícola, ainda que cheia de fadigas e de incógnitas, tem o privilégio de colocar o trabalhador em comunicação directa com a natureza, e de o fazer participar de um modo particular na obra da criação. Deus, que ao criar o universo e a terra escondeu neles tantas riquezas, quer que as riquezas da terra se tornem as riquezas do homem.

Com os votos de que sejais colaboradores generosos e alegres desta grande obra divina, concedo-vos de todo o coração a minha Bênção.